



OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE BASE INDÍGENA E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE SÓCIO- TERRITORIAL NA BOLÍVIA

■ MARCELO A. CÂMARA – DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA / UFRGS

RESUMO

A CRISE POLÍTICO-SOCIAL VIVIDA NA BOLÍVIA GERA A ASCENSÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS BASEADOS NAS ETNIAS ORIGINÁRIAS DO ALTIPLANO ANDINO. ESTES MOVIMENTOS, COM UM DISCURSO BASEADO NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE A PARTIR DE ELEMENTOS ÉTNICO-CULTURAIS E TERRITORIAIS, EXPÕEM A URGÊNCIA DA INCLUSÃO DESTAS DEMANDAS NA PAUTA POLÍTICA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADANIA INCLUDENTE E MULTICULTURAL NAQUELE PAÍS.

PALAVRAS-CHAVE: IDENTIDADE, TERRITÓRIO, CULTURA, ETNIA, BOLÍVIA.

Porque já com um pouco de perspectiva se pode ver que os quatro bloqueios do altiplano desde o ano 2000, mais que uma motivação agrária tinham uma raiz étnica e cultural, de recuperação da identidade e, inclusive, de nacionalismo frente ao avassalamento e à humilhação diária do aymara.¹

Victor Orduña

● jornalista desfere sua análise com exatidão certa ao comentar a motivação existente na mais eficaz tática de protestos utilizada pelos movimentos sociais de base indígena na Bolívia: os bloqueios. A interrupção de estradas conduzida por estes grupos literalmente paralisa o país, trazendo consigo significativos prejuízos econômicos por não permitir a circulação de mercadorias e produtos e por isolar determinadas regiões que ficam desprovidas de suas principais vias de abastecimento (em especial a sede do poder executivo, La Paz). Mas, como apontado

na citação que abre este trabalho, os bloqueios, mais que os eventuais prejuízos, têm como principal consequência a exposição de um tema vital para a condução harmônica da vida em sociedade naquele país, e que agora, conduzido por um movimento aparentemente organizado e com um discurso forte e unísono, adquire um status emergencial na agenda política boliviana: a exclusão social sofrida pelas etnias indígenas originárias que ainda hoje perfazem a maioria da composição étnica do país (54% da população boliviana se identifica com alguma das duas principais etnias originárias, segundo o Censo Nacional de Población y Vivienda de 2001) (García Linera, 2003:178).

Tal condição, especialmente agravada nos últimos anos a partir da aplicação no país das políticas de cunho neoliberal, levou ao fortalecimento das demandas étnico-culturais em torno da questão da identidade, como afirma Laserna:

Também na Bolívia a afirmação de identidades originárias nasceu como resposta aos processos homogeneizantes. Sua canalização parcial pelo sistema político, o reconhecimento jurídico dos direitos de território e cultura, e a incorporação do bilingüismo no projeto de reforma educativa aliviaram as tensões, mas obviamente não responderam ainda aos desafios da globalização (Laserna, 1996:40).

O discurso resultante configura aquilo que Castells denomina como "identidade de resistência":

Criada por atores que se encontram em posições / condições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos (Castells, 1996:24).

Ao expor os séculos de exclusão a que foram submetidos e, em especial, a exclusão a que suas sociedades e culturas foram submetidas na construção do arquétipo nacional boliviano, as etnias originárias do país (quechuas e aymaras) apóiam-se no discurso identitário e nas alusões culturais à soberania territorial para garantir o acesso a níveis mínimos de cidadania.

Tal situação se apresenta extremamente sintonizada com / adequada a este momento no qual as questões ligadas à chamada Geografia Cultural ganham, cada vez mais, um papel protagonista nas discussões referentes às sociedades contemporâneas. Nosso trabalho se enquadra nesta perspectiva: não se trata de uma reflexão teórica sobre o tema, mas sim da apresentação de uma situação factual que, analisada à luz das bibliografias concernentes ao tema, corrobora a afirmação de Castells:

Quem quer compreender hoje a política deve começar por se inclinar não sobre a economia ou a geopolítica, mas sobre a identidade religiosa, nacional, regional e étnica de cada sociedade. (...) A construção da vida, das instituições e da política em torno de identidades culturais coletivas é historicamente a regra, não a exceção (Castells e Haesbaert, 1999:170).

Nossa intenção é, assim, colaborar com uma análise empírica para a reflexão e construção das teorias que fazem referência às identidades e sua ligação com o território.

AS ETNIAS ORIGINÁRIAS E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO

É importante ressaltarmos que apesar de, como citado anteriormente, os movimentos sociais de base indígena ganharem força e proeminência a partir das últimas décadas do século passado, a origem da situação de exclusão na qual se encontra hoje grande parte da população na Bolívia tem suas raízes no passado, em especial na construção do Estado-Nação na pós-independência (1825). Como afirma Garcia Linera, o processo de formação da república boliviana, conduzido por uma elite criolla² perpetuou as estruturas excludentes e de espoliação mantidas pela Coroa espanhola, "que consagravam prestígio, propriedade e poder em função da cor da pele, do sobrenome, do idioma e da linhagem"³ (Garcia Linera, 2003:173). Segundo aponta Anderson, um fator determinante para a união dessas elites na luta pela independência residia no medo das mobilizações políticas protagonizadas pelas "classes inferiores" (Anderson, 1989:58).

A constituição de um Estado nacional boliviano mono-étnico e monocultural se deu sem a correspondente criação de um sentimento de pertencimento à

nação por parte das etnias originárias. Como mostra Slater, nos estados pós-coloniais latino-americanos:

O enquadramento do tempo e a ordenação do espaço seguiram uma lógica externamente imposta, cujos efeitos ainda ressoam no período pós-colonial. As lutas para recuperar uma narrativa autônoma do tempo e um conjunto indígena de significados para o território da nação foram parte essencial da política após a independência (Slater, 2000:518).

Essas lutas crescem de maneira lenta e gradual ao longo do período republicano na Bolívia. A fragilização desse movimento aparece, então, como meta de alguns partidos políticos nacionalistas, ditos de esquerda, que tentaram, em especial após a Revolução de 1952, desfigurar o movimento indígena propondo-lhe nova identidade, a de irmãos campesinos (Garcia Linera, 2003). Porém, a fragilidade de tais propostas era evidenciada por uma estrutura social na qual matiz e idioma transformavam-se em moedas para possibilitar a ascensão social, fazendo com que a juventude indígena, deslocada ao ambiente urbano, ansiasse por um ideal de "branqueização" e aculturação.

As sucessivas frustrações com os partidos ditos de esquerda que assumiram o poder (mais especificamente os governos do MNR⁴ em 1985 e do MIR⁵ em 1990) levaram ao descrédito na via político-partidária e a uma guinada para as vias da mobilização social como estratégia de ação. Não há exagero em afirmar que o discurso étnico-cultural cresceu em influência, ao mesmo tempo em que os partidos políticos tradicionais perderam credibilidade.

Tendo como instrumento as organizações de trabalhadores campesinos, os movimentos sociais baseados nas etnias originárias, encontrando-se desabilitados enquanto indivíduos e atores políticos

coletivos, mobilizaram-se em torno da questão da identidade para propor novas formas de organização e exigir a inclusão social. Os permanentes sucessos de uma minoria branca (aliados aos fracassos das maiorias indígenas) conduziram à percepção de que a crise social trata-se, na verdade, de um conflito étnico (Gregor, 1994).

A ALUSÃO AO TERRITÓRIO – O AYLLU E O DISCURSO IDENTITÁRIO _____

Além do caráter étnico-cultural, o discurso identitário protagonizado pelos movimentos sociais também tem na alusão ao território um de seus elementos fundamentais. O fato de que tanto quechuas quanto aymaras, as duas principais etnias originárias do país, tratem-se de identidades que remontam a um passado mais distante que o próprio período colonial, confere-lhes um grau de ligação com o território que ultrapassa a mera relação de soberania sobre este enquanto recurso e poder, levando-nos a um sentido de relacionamento que expõe os próprios fundamentos que configuram estes grupos enquanto entidades étnico-culturais autônomas e, importante frisar, com aspirações nacionais.

O relacionamento de quechuas e, em especial, de aymaras com o território "boliviano" traz em si uma forte carga simbólico-reflexiva, uma alusão constante aos elementos de um passado glorioso, um lugar onde habitavam as divindades e que acolheu o sangue das gerações passadas.

Em documento redigido em 1994 a CSUTCB⁶ (organização sindical predominantemente aymara) definia território como:

O conjunto da natureza que compreende o solo, o subsolo e o espaço aéreo, em cujas entranhas há todos os recursos naturais (minerais, florestais,

etc.), *ademais é parte da população e sua identidade cultural [grifo nosso] (CSUTCB, Documentos y Resoluciones de su IV Congreso, 1994).*

Tal conceituação exprime a confluência da concepção culturalista e de apropriação e domínio do território na ótica aymara. Como lembra Haesbaert, citando uma definição de Godelier, essa reivindicação sobre o território reclama o uso e o controle tanto “das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que o compõe” (Haesbaert, 2001).

É diante desse quadro relacional que apontamos a fundamentação da categoria território na construção do discurso identitário, o qual forja, utilizando-nos aqui da conceituação elaborada por Haesbaert, uma “identidade sócio-territorial”:

Trata-se de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto. Assim, a identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central para a construção desta identidade parte ou transpassa o território (Haesbaert, 1999:178).

No caso que aqui observamos, a confluência da abordagem simbólico-concreta em relação ao território encontra-se no discurso da reconstituição dos ayllus (Stephenson, 2002). O ayllu é a estrutura organizacional básica das populações andinas, comunidades autônomas baseadas em laços de parentesco que remontam ao antigo Império Inca. O movimento pela reconstituição do ayllu (predominantemente aymara) exige a reconstituição das fronteiras territoriais pré-coloniais entre as comunidades e defende o restabelecimento das formas tradicionais das autoridades andinas. Não é à toa que o principal líder político do movimento,

Felipe Quispe, ex-deputado federal e candidato à presidência derrotado nas eleições de junho de 2002, é conhecido como Mallku, a denominação pela qual eram chamados os líderes dos ayllus.

Durante os anos de regime republicano, os governos nacional-populistas (MNR) intensificaram seus esforços por fragmentar o ayllu através de uma reforma agrária que reforçava noções liberais de propriedade privada e individualismo, em detrimento das práticas comunitárias tradicionais de troca e reciprocidade que caracterizavam aquelas comunidades. Já os novos movimentos insistiram no significado da terra e da identidade como elementos contíguos vitais para o estabelecimento de uma nova política cultural nos Andes. Neste contexto, o ayllu apresenta um valor simbólico essencial ao englobar três características básicas para a autonomia das populações andinas: população, governo e território.

Atualmente, organizações aymaras como o THOA⁷ enfatizam, entre as comunidades aymaras, a importância do ayllu como um espaço de dimensões materiais e simbólicas, que sublinha as relações entre o território e a identidade. Segundo Claval, esse recriar a história e “re-inventar” as tradições demonstra que a sociedade foi em todos os tempos organizada desta forma e que “um passado glorioso lhes dá um direito de esperar um futuro feliz, e de lutar para desfrutá-lo” (Claval, 1999:16). O conjunto de memórias históricas das comunidades originárias andinas formam, a partir desse recorte espacialmente localizado e que é palco de relações simbólicas e materiais, a chave para a configuração do discurso identitário.

O movimento pela reconstituição do ayllu cresceu ao longo da década de 1980 na esteira dos tempos de austeridade que se seguiram à introdução das reformas neoliberais. Segundo Stephenson:

A restauração das comunidades andinas originárias, e com elas o direito à autodeterminação, é percebido como vital para mitigar os desastrosos efeitos econômicos vividos por essas comunidades. Mais que isso, a reconstituição do ayllu é vista como um ato de descolonização (Stephenson, 2002:111)

QUECHUAS E AYMARAS: CARACTERIZAÇÃO DOS DISCURSOS

Apesar de em alguns momentos termos nos referido aqui a uma das duas principais etnias originárias de maneira específica, procuramos, até este momento, abordá-las em suas características comuns. É importante especificar que há fortes diferenças entre os dois grupos, o que em muitos casos dificulta a ação conjunta de seus elementos, especialmente nos movimentos político-partidários.

Segundo Garcia Linera, os quechuas se caracterizam principalmente como comunidade lingüística (Garcia Linera, 2003). Era o idioma falado pelas classes dominantes no Império Inca, estabelecendo-se assim a divisão com as comunidades dominadas que falavam o aymara, e mantinham-se cultural e etnicamente preservadas dentro das comunidades originárias (ayllus). Atualmente, as comunidades quechuas tendem a se fundir em movimentos e identidades classistas campesino-sindicais, como o cocalero, surgido no trópico de Cochabamba entre imigrantes vindos do altiplano. Por essa mesma razão, podemos identificar nos movimentos quechuas uma maior tendência à penetração de seu discurso nas populações urbanas, em especial nas entidades de classe como operariado e professorado, com um discurso de cunho esquerdista que conclama a unidade dos movimentos sociais.

É do movimento cocalero que surge o maior fenômeno eleitoral indígena da história boliviana, o deputado Evo Morales. Capitaneando o IPSP / MAS⁸, alcançou o feito histórico de atingir a segunda maior votação nas eleições presidenciais do ano de 2002, tendo sido derrotado apenas no segundo turno parlamentar (indireto).

Já o movimento aymara criou elites culturais próprias capazes de construir um discurso cultural autônomo que sustenta a busca por um futuro (autônomo) e lideranças capazes de dar corpo político visível à etnicidade. Como afirma Garcia Linera:

Diferentemente do resto das identidades culturais indígenas, é a que conta com uma ampla elite cultural construtora de um discurso étnico que através da rede sindical foi apropriado por amplos setores populacionais, constituindo a única identidade de tipo nacional-indígena da atualidade (Garcia Linera, 2003:180).⁹

O movimento aymara e o mallku Felipe Quispe são igualmente responsáveis por um dos principais ícones do fortalecimento do discurso identitário na Bolívia: a localidade de Achacachi (departamento de La Paz, província Omasuyos, norte do altiplano). Este lugar, onde foram abolidas todas as formas de autoridade ligadas ao Estado-Nação, segue sendo, nas palavras do jornalista Victor Orduña, "el epicentro simbólico de las reivindicaciones campesinas indígenas del occidente que vinculan la demanda agrária y rural a cuestiones nacionalistas aymaras". Quispe foi também o fundador do partido político que representa o movimento aymara, o MIP⁹. Ironicamente, mesmo desprezando todos os símbolos do Estado-Nação republicano, Quispe inaugurou um

partido político para participar do sistema republicano. Eleito deputado federal em 2002 (cargo ao qual renunciou dois anos depois reafirmando seu desprezo pela política) junto com outros cinco deputados do mesmo partido, assumiu sua cadeira no Congresso com uma fala em que exprime o tom forte do discurso aymara: "Estamos entrando aqui – no Congresso –, nos sentamos e nos vemos face a face com nossos opressores; esta será uma luta de consciências, da consciência indígena contra a consciência dos q'aras (brancos), e aqui nós vamos lutar".

CONSIDERAÇÕES FINAIS _____

Ao tomarmos por referência os primeiros anos deste século, encontraremos em vários momentos no cenário político boliviano a presença marcante do movimento indígena, mas dois em especial merecem destaque: as eleições presidenciais de junho de 2002, quando os dois principais partidos políticos de base indígena (IPSP / MAS E MIP) alcançaram 27% dos votos válidos; e a "Guerra do Gás", quando, em outubro de 2003, o presidente eleito Gonzalo Sanchez de Lozada foi forçado a renunciar por uma movimentação político-social que paralisou o país por quase duas semanas. Cada um destes episódios explicita uma característica em especial.

Os movimentos que levaram à renúncia do presidente tiveram por justificativa a recusa por parte dos movimentos sociais em aceitar a exportação do gás natural boliviano através de um porto localizado no litoral norte chileno (e de um gasoduto a ser construído, que conduziria até o local). Tal recusa se devia à memória de que foi exatamente para este país que a Bolívia perdeu sua faixa litorânea na Guerra do Pacífico (1879-1883), e o pagamento para a utilização de um porto estrangeiro num litoral que já foi seu pareceu uma renúncia à soberania. Além disso, os

movimentos sociais temiam o fato de que, mais uma vez, a Bolívia veria um importante recurso natural encontrado em seu território esvaír-se para o exterior sem o conseqüente benefício à população do país, como já aconteceu em outros períodos da história com a prata, o estanho e a borracha. A pergunta que ecoava era: "Se o recurso é encontrado em território boliviano, a quem pertence?"

Esses movimentos levaram à realização de um plebiscito inédito (referendum) no qual a população foi convidada a decidir a destinação final do gás natural boliviano. Mesmo contestado, em especial pelo movimento aymara, o plebiscito mostra a tentativa, ainda que tímida, do atual governo boliviano de conduzir uma política de conformação nacional. Fica cada vez mais evidente que sem tal iniciativa os governantes permanecem de mãos amarradas.

Tal êxito (sem precedentes) obtido pelos movimentos sociais de base indígena na Bolívia deve ser creditado à eficácia que o discurso identitário tem em arregimentar o apoio popular na proposição de uma nova identidade boliviana. Gregor afirma: "A referência constante ao Império Inca e a alguns ícones da resistência ao colonialismo (Katari, Amaru) permite que os movimentos sociais de base indígena consigam atingir o orgulho ferido das populações indígenas" (Gregor, 1994:115).

A referência a elementos desse passado glorioso para os povos do altiplano andino nos leva à afirmativa de Haesbaert:

A reconstrução imaginária da identidade envolve (...) uma escolba, entre múltiplos eventos e lugares do passado, daqueles capazes de fazer sentido na atualidade. (...) A importância da identidade decorre então mais de sua eficácia que de sua "realidade" (Haesbaert, 1999:180).

A identidade indígena boliviana, que se propõe a ser cada vez mais parte da identidade nacional naquele país é, então, esse processo em construção num constante resgate de elementos histórico-simbólicos aliados a uma busca de referenciais concretos nos quais possa se apoiar, como afirma Haesbaert:

Uma das bases que mais pode dar consistência e eficácia ao poder simbólico da identidade são os referenciais concretos aos quais faz referência para ser construída. O símbolo necessita sempre de algum referente concreto para se realizar (Haesbaert, 1999:178).

Elementos territoriais como o ayllu, ou as referências simbólicas como a folha de coca, resgatada em seu valor de ícone cultural remanescente do Império Inca, foram capazes de amalgamar as comunidades dispersas por anos de exclusão num movimento de crescente capacidade de mobilização e poder de influência. Estes e outros elementos encontram-se presentes na essência das reivindicações indígenas que, junto às demandas por recursos ou educação, incluem exigências como o respeito aos usos e costumes comunitários, a substituição da bandeira boliviana pela whipala (a multicolorida bandeira do Império Inca, símbolo onipresente nas manifestações populares no país), a substituição do serviço militar obrigatório por um serviço comunitário nos ayllus, entre outras demandas de cunho cultural.

O fortalecimento de uma jovem intelectualidade aymara que, diariamente, ocupa praças nas cidades de La Paz e El Alto para, em encontros abertos à sua comunidade ou a qualquer transeunte que assim o desejar, discutir o futuro e a relação de sua nação¹⁰ com o Estado boliviano (muitas vezes em fortes

discursos proferidos em idioma aymara) sugere uma saudável revitalização dos espaços públicos enquanto espaços de encontro e discussão, e evidencia que estas etnias vivem seu mais importante momento na história contemporânea do país. Estas novas gerações de migrantes, cuja ascensão social na sociedade criolla é negada, torna-se, assim, responsáveis pelo novo discurso indígena.

De acordo com Slater, "o crescimento das reivindicações indígenas (...) em várias sociedades latino-americanas combina uma interrogação da ordenação espacial existente com um questionamento profundo dos fundamentos do próprio Estado" (Slater, 2000:524). No caso boliviano, a conformação de um Estado mono-étnico e monocultural conduziu a um cenário de crescente exclusão social. O fortalecimento do discurso identitário sócio-territorial, com sua carga simbólico-cultural, sugere um ponto de partida para a discussão da reforma do Estado naquele país. Uma reforma que deve reconhecer, antes de tudo, a pluriculturalidade (tanto no que diz respeito aos "usos" quanto aos "costumes") como elemento fundamental para, terminando com o apartheid étnico que domina as estruturas sociais bolivianas, propiciar "uma base sólida e equitativa para o exercício da liberdade" (Garcia Linera, 2003:186), num Estado multi-étnico e multicultural.

NOTAS

- 1 Porque ya com um poco de perspectiva se puede ver que los cuatro bloqueos del altiplano desde el año 2000, más que una motivación agrarista tenían una raíz étnica y rural, de recuperación de la identidad e incluso de nacionalismo frente al avasallamiento y la humillación diaria de lo aymara."
- 2 Criolla – pessoas de descendência européia pura (pelo menos teoricamente), porém nascida na América (e, mais tarde, por extensão, em qualquer lugar fora da Europa). (Anderson, 1989:57).

- 3 "La republica boliviana se fundo dejando em pie los mecanismos coloniales que consagraban prestigio, propiedad y poder em función del color de piel, del apellido, el idioma e el linaje".
- 4 Movimento Nacional Revolucionário.
- 5 Movimento de la Izquierda Revolucionária.
- 6 Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolívia.
- 7 Taller de Historia Oral Andina.
- 8 Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos/ Movimiento al Socialismo.
- 9 "A diferencia del resto de las identidades culturales indígenas, es la que cuenta com uma amplia elite intelectual constructora de um discurso étnico que a través de la red sindical ha sido apropiado por amplios sectores poblacionales, constituyendose em la única identidad de tipo nacionalitario indígena em la actualidad".
- 9 Movimento Indígena Pachakutik.
- 10 Segundo a conceituação de Garcia Linera, os aymaras, como "uma etnia que logrou alcançar um regime organizativo, estruturando-se como comunidade política institucionalizada", formam uma Nação (Garcia Linera, 2003).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, B. Nação e Consciência Nacional. São Paulo: Ática, 1989.
- CASTELLS, M. O Poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- CLAVAL, P. "A Geografia Cultural – O Estado da Arte". In: ROSENDAHL, Z., CORRÊA, R.L. (orgs.). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- CLAVAL, P. "O território na transição da Pós-Modernidade". Geographia. Ano 1, n. 2. Niterói, 1999.

CLAVAL, P. "O Papel da Nova Geografia Cultural na Compreensão da Ação Humana". In: ROSENDAHL, Z., CORRÊA, R.L. (orgs.). Matrizes da Geografia Cultural. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

ESTELLANO, W. "From Populism to the Coca Economy in Bolívia". Latin America Perspectives. Issue 83, v. 21, n. 4, Fall 1994, pp. 34-45.

GREGOR, J. S. "From Indio to Mestizo ... to Índio – New Indianist Movements in Bolívia". Latin America Perspectives. Issue 81, v. 21, n. 2, Spring, 1994, pp. 106-123.

HAESBAERT, R. "Identidades Territoriais". In: ROSENDAHL, Z., CORRÊA, R.L. (orgs.). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

HAESBAERT, R. "Da Desterritorialização à Multiterritorialidade". Boletim Gaúcho de Geografia. Porto Alegre. v. 29, n. 1, Jan-Jun. 2003, pp. 11-24.

LASERNA, R. 20 juicios y prejuicios sobre coca-cocaina. Bolívia, La Paz: Clave Consultores, 1996.

GARCIA LINERA, A. "Autonomias regionales indígenas y Estado multicultural". In: -----. La descentralización que se viene – Propuestas para la (re)constitución del nivel estatal intermedio. Bolívia, La Paz: Plural Editores, 2003.

MUNCK, R. "Postmodernism, Politics and Paradigms in Latin América". Latin America Perspectives. Issue 113, v. 27, n. 4, July 2000, pp. 11-26.

QUIROGA, J.A. "Descentralización y reconfiguración territorial del Estado boliviano". In: -----. La descentralización que se viene – Propuestas para la (re)constitución del nivel estatal intermedio. Bolívia, La Paz: Plural Editores, 2003.

RIVERA, S. Las Fronteras de la Coca. Bolívia, La Paz: IDIS-UMSA/Ediciones Aruwiyiri, 2003.

SLATER, D. "Power and Social Movements in the Other Occident – Latin America in na International Context". Latin America Perspectives. Issue 81, v. 21, n. 2, Spring 1994, pp. 11-37.

SLATER, D. "Repensando as espacialidades dos movimentos sociais – Questões de fronteira, cultura e política em tempos globais". In: ALVAREZ, S., DAGNINO, E., ESCOBAR, A. (orgs.). Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino – Americanos – Novas Leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

SPEEDING, A. "Em defensa de la hoja de coca". Cuaderno de Resumen. Bolívia, La Paz: Fundación PIEB/Instituto Editorial Mama-Huaco, 2003.

STEPHENSON, M. "Forging na Indigenous Counterpublic Sphere: The Taller de Historia oral Andina in Bolívia". Latin America Research Review. v. 37, n. 2, 2002.

ABSTRACT

THE POLITICAL-SOCIAL CRISIS LIVED IN BOLIVIA GENERATES THE ASCENSION OF SOCIAL MOVEMENTS BASED IN THE ORIGINAL RACES OF THE ANDEAN ALTIPLANO. THESE MOVEMENTS, WITH A SPEECH BASED ON THE CONSTRUCTION OF IDENTITIES FROM ETHNIC-CULTURAL AND TERRITORIAL ELEMENTS, SHOWS THE URGENT NEED OF THE INCLUSION OF THESE DEMANDS IN THE POLITICAL GUIDELINES FOR THE CONSTRUCTION OF A INCLUDING MULTICULTURAL CITIZENSHIP IN THAT COUNTRY.

KEYWORDS: IDENTITY; TERRITORY; CULTURE; RACE; BOLIVIA.